

Relatório da
Administração

2012

SUMÁRIO

1.	Carta ao Acionista	2
2.	Objeto Social.....	3
3.	Destaques de 2012	4
4.	Gestão Econômica Financeira	5
5.	Gestão Comercial.....	8
6.	Gestão de Investimentos	11
7.	Gestão Operacional.....	13
8.	Gestão de Pessoas.....	14
9.	Responsabilidade Socioambiental	15
10.	Administração e Conselho Fiscal da Companhia.....	16
11.	Demonstrações Financeiras.....	17
12.	Parecer do Conselho Fiscal	48

1. Carta ao Acionista

Prezado Acionista,

Os administradores da GAS BRASILIANO submetem à vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2012.

Em 2012, a valorização do dólar americano em relação ao real elevou o preço de aquisição do gás natural em 20%, exigindo da Administração esforços voltados à manutenção da sua competitividade frente a outros energéticos. Em dezembro último, foi assinado o novo contrato de suprimento que garante o fornecimento de gás natural até 2017.

Os indicadores da Companhia no ano de 2012 apresentaram desempenho superior ao ano anterior, com aumento das vendas, expansão do número de consumidores atendidos e aumento da margem de contribuição, destacando-se o recorde de vendas no mês de janeiro de 32,3 milhões de m³ de gás natural (1.040,8 mil m³/dia).

A Companhia investiu R\$ 22,0 milhões, principalmente para a construção de redes de distribuição, ampliando o acesso à infraestrutura do gás canalizado a novos municípios, cumprindo desta forma o papel de atender aos interesses da sociedade onde atua, com reflexos positivos para todo o Estado de São Paulo.

Foram desenvolvidas também ações de aprimoramentos nas práticas de governança e gestão, com o objetivo de consolidar o modelo de gestão alinhado com as diretrizes corporativas do controlador e obter a melhoria contínua dos processos com visão de médio e longo prazo. Entre elas destacamos a implementação do Plano de Cargos e Salários.

Agradecemos aos colaboradores, consumidores, fornecedores e Conselho de Administração pelo apoio demonstrado e pela confiança depositada.

A DIRETORIA EXECUTIVA

3. Destaques de 2012

Crescimento das vendas – O Crescimento do volume de vendas foi de 5,1% atingindo a média diária de 817,8 mil m³/dia. Destacam-se os recordes de 32,3 milhões de m³ distribuídos no mês de janeiro (1.040,8 mil m³/dia) e pico de vendas em 27/01/2012 de 1,15 milhão de m³.

Ampliação da rede de distribuição – Foram realizados investimentos no montante de R\$ 22,0 milhões, destinados principalmente à implantação do Ramal Lençóis Paulista, ampliando a rede de distribuição em 30,3 km. A extensão da rede de distribuição alcançou de 836,1 km.

Ampliação da base de consumidores – Foram ligados 1.549 novos consumidores, representando um crescimento de 19,5%. A Companhia encerrou 2012 com 9.493 consumidores.

Celebração de Acordo de Investimentos – Foi assinado Acordo de Investimentos entre CEMIG, GASPETRO e GAS BRASILIANO com objetivo de implementar o Projeto Ramal Anhanguera (extensão da rede de distribuição entre Ribeirão Preto e Igarapava).

Celebração de novo Contrato de Compra de Gás Natural – Em dezembro de 2012 foi celebrado junto à PETROBRAS um novo contrato de compra de gás natural, com volume total de 2,4 bilhões de m³ e vigência até dezembro de 2017.

Participação nos leilões de gás natural – Foram adquiridos 49 milhões de m³ de gás natural através de leilões de curto e curtíssimo prazo, o que representa 16,5% do volume total distribuído, resultando em um impacto positivo de 3,9% no custo do gás natural.

Implementação do Plano de Cargos e Salários – Foi implementado o Plano de Cargos e Salários visando melhorar a gestão de pessoas através da estruturação de carreiras que permitem a evolução funcional de todos os Empregados.

Certificação ISO – A Companhia manteve a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com a norma ISO 9001.

Conteúdo Local – A Companhia implementou em seus processos de aquisição de bens e serviços a Política de Conteúdo Local alinhada com as diretrizes do acionista.

4. Gestão Econômica Financeira

Conjuntura Econômica

De acordo com os dados divulgados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), o PIB da indústria paulista apresentou desempenho negativo no 2º e 3º trimestres de 2012 (Gráfico 1).

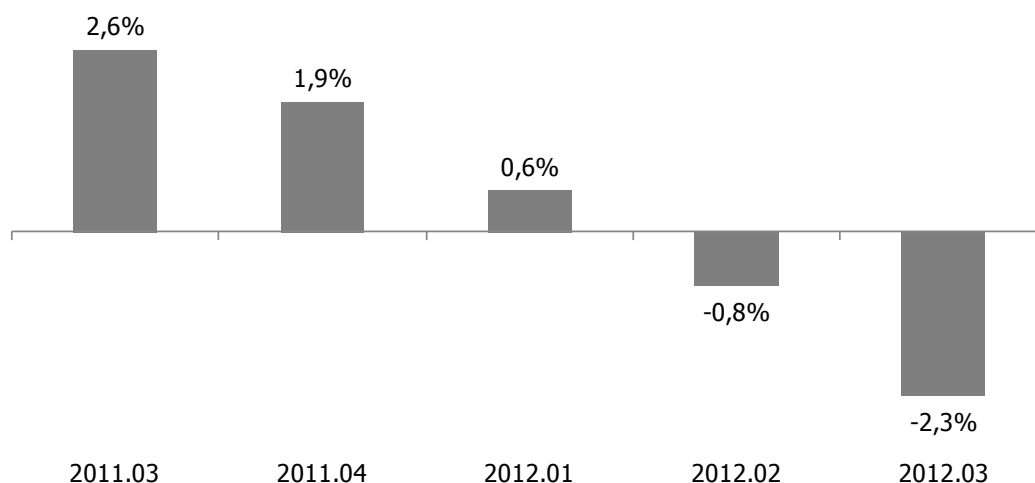


Gráfico 1: Taxa de Crescimento do PIB do setor Industrial em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores - Estado de São Paulo.

Fonte: Fundação Seade

Considerando que o mercado Industrial representou 88,9% do volume total distribuído pela Companhia, cabem as seguintes análises setoriais:

- A indústria de alimentos, que representa 32,5% das vendas deste mercado, deve encerrar o ano de 2012 com crescimento de 4% na produção física, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (ABIA).
- A indústria de suco de laranja, 20,4% das vendas deste mercado, passou por um ano de crise. De acordo com a Informa Economics FNP, os estoques estão em um dos patamares mais altos da história e a demanda global pelo produto está em queda desde de 2003. Os estoques em 30 de junho de 2011 eram de 251 mil toneladas, já na mesma data de 2012 estes eram 662,5 mil toneladas. De acordo com o Agrianual 2013, o consumo de suco passou de 29,2 milhões de toneladas na Safra 2010/11 para 28,5 milhões de toneladas em 2011/12.
- A Associação Nacional da Indústria Cerâmica (ANICER) prevê para o setor em 2012 um crescimento de 5%, entretanto este setor que representa 16,3% das

vendas do mercado Industrial, apresentou redução de 3,9% em relação ao ano de 2011.

- Quanto a safra de cana-de-açúcar, que reflete na disponibilidade de biomassa (bagaço de cana), observa-se uma expansão da moagem de 7,74% (531,35 milhões de toneladas até dezembro de 2012 contra 493,16 milhões de toneladas na safra 2011/2012), de acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA).

Com relação ao custo do gás natural, no ano de 2012 o preço apresentou um aumento de 20% ocasionado principalmente pela desvalorização do real frente ao dólar em aproximadamente 12%. A participação nos leilões de gás natural propiciou uma redução de 3,9% no custo médio do gás natural no ano.

Resultados Financeiros

A seguir são apresentadas as principais magnitudes da Companhia no ano de 2012 e as variações em relação ao ano de 2011.

(em mil R\$)	2012	2011	%
Receita Bruta	365.689	270.629	35,1
Custo do Produto Vendido	-225.190	-155.228	45,1
Margem de Contribuição	62.785	57.890	8,5
Despesas Operacionais	-51.595	-44.051	17,1
Resultado Operacional	11.190	13.839	-19,1
Resultado Líquido	13.217	15.624	-15,4
EBITDA	28.039	30.307	-7,5
Patrimônio Líquido	425.980	412.763	3,2
Conta Gráfica (Saldo)	23.550	13.894	69,5

A margem de contribuição apresentou um crescimento de 8,5% em relação ao ano de 2011 (Gráfico 2). O aumento dos volumes foi o fator que mais contribuiu para o crescimento da margem.

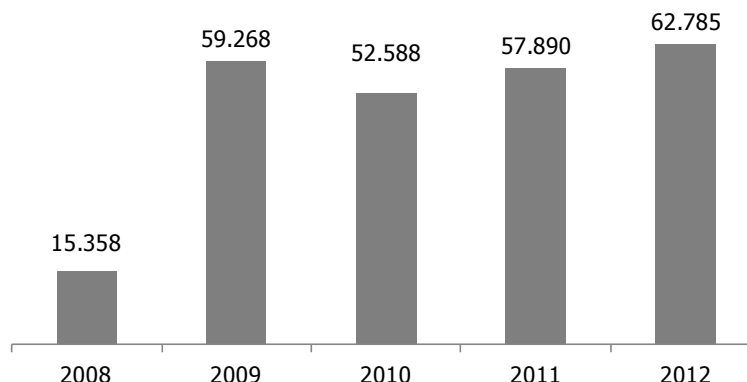


Gráfico 2 - Margem de Contribuição - em mil R\$

O lucro líquido foi 15,4% menor em comparação com o ano de 2011 (Gráfico 3). Teve impacto direto no resultado da Companhia a Provisão de Devedores Duvidosos (PDD) no valor R\$ 3,8 milhões devido a recuperação judicial da empresa GNV Aroeiras (distribuidor de gás natural comprimido).

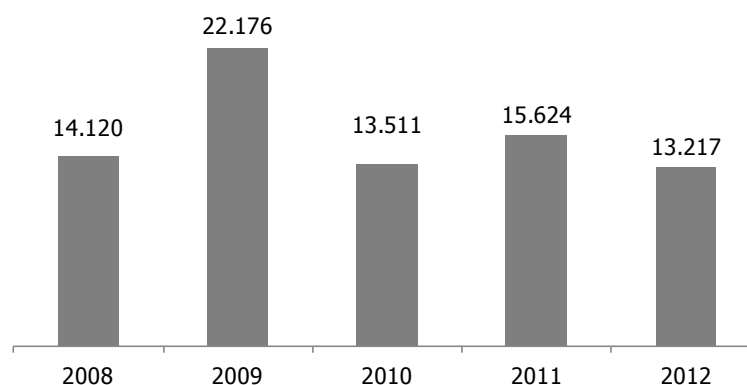


Gráfico 3 - Lucro Líquido - em mil R\$

As diferenças apuradas entre o custo do gás natural considerado nas tarifas deliberadas anualmente pela ARSESP e o custo do gás natural pago ao supridor são registradas através de uma conta gráfica. O saldo ao final do ano de 2012 é de R\$ 23,5 milhões (Gráfico 4), o qual poderá ser recuperado pela Companhia.

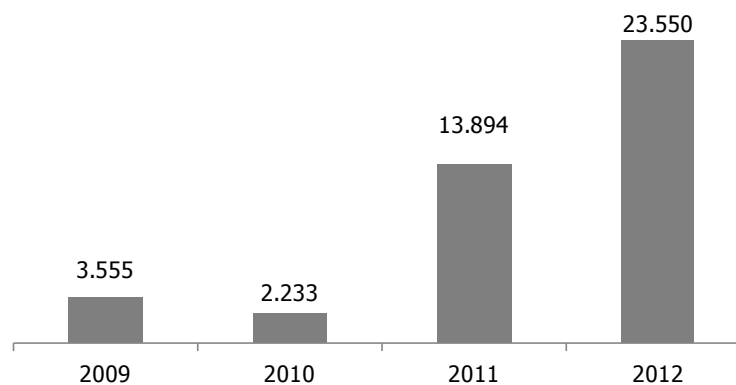


Gráfico 4 - Saldo da Conta Gráfica - em mil R\$

5. Gestão Comercial

A Companhia teve crescimento de 5,1% no volume total distribuído em comparação ao ano de 2011. O volume distribuído foi de 817,8 mil m³/dia (Gráfico 5).

Em janeiro de 2012 atingiu-se o recorde de vendas diárias com média de 1.040,8 mil m³ de gás natural distribuído. No dia 27/01/2012 foi registrado o pico de vendas, com a marca de 1.151,1 mil m³.

Contribuíram para o crescimento das vendas os novos consumidores do mercado Industrial.

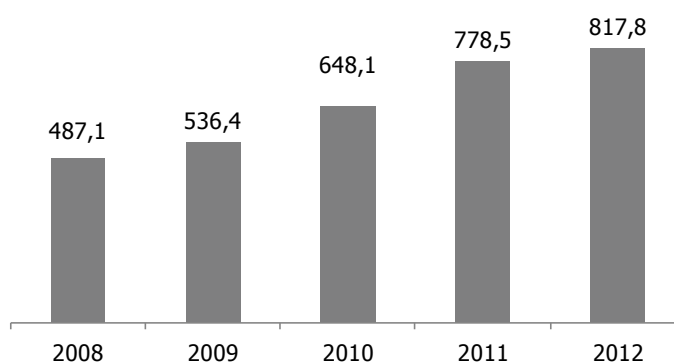


Gráfico 5 - Evolução do volume total distribuído em mil m³/dia

O mercado de maior relevância em volume distribuído foi o Industrial com 88,9% (Gráfico 6), e os setores industriais com maior participação foram os de Alimentos e Bebidas que somados representaram 56,5% de todo o volume distribuído deste mercado (Gráfico 7).

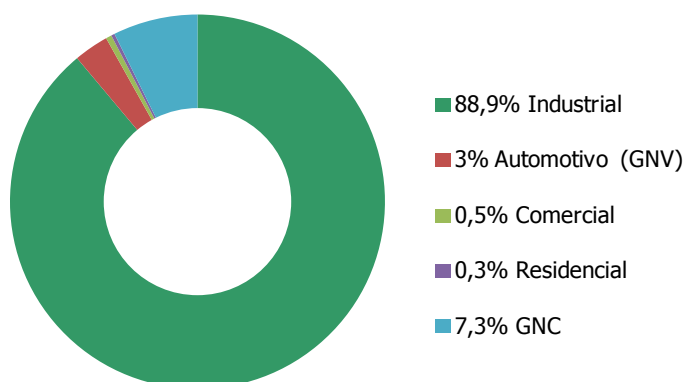


Gráfico 6 - Participação do volume por mercado

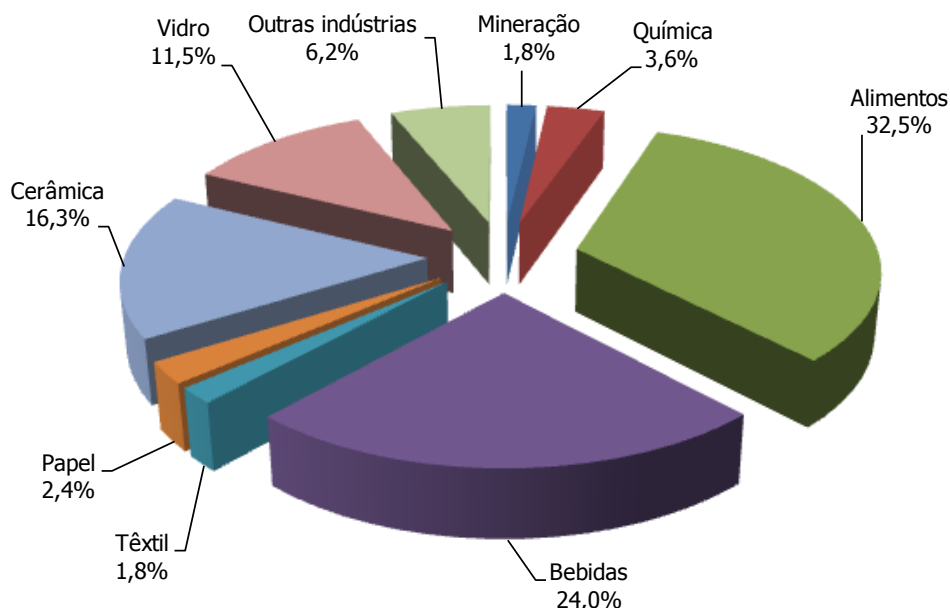


Gráfico 7 - Participação do volume do mercado Industrial

O crescimento do volume distribuído no mercado Industrial foi de 12,0%, passando de 649,0 mil m³/dia no ano de 2011 para 726,9 mil m³/dia no ano de 2012. Contribuíram para este crescimento o aumento de consumo da empresa Ajinomoto (Alimentos) nos municípios de Valparaíso e de Pederneiras e da empresa Saint Gobain (Vidros) em Porto Ferreira.

O mercado Automotivo (GNV) representou 3,0% do volume total distribuído pela Companhia, atingindo volume médio diário de 24,7 mil m³, resultando em um crescimento de 4,9% em comparação ao ano de 2011.

O volume distribuído no mercado Comercial atingiu média diária de 4,3 mil m³, com um crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior. Destaca-se a quantidade de consumidores conectados à rede de distribuição, que passou de 449 para 481, representando um crescimento de 7,1% (Gráfico 8).

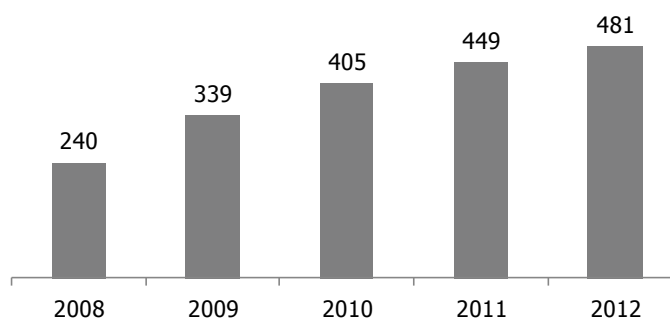


Gráfico 8 - Evolução da quantidade de consumidores do mercado Comercial

No mercado Residencial, a quantidade de consumidores de gás natural conectados à rede de distribuição cresceu de 7.363 para 8.871 unidades - aumento de 20,5% no número de consumidores - atingindo o volume médio diário de 2,6 mil m³, crescimento de 18,2% em comparação ao ano de 2011 (Gráfico 9).

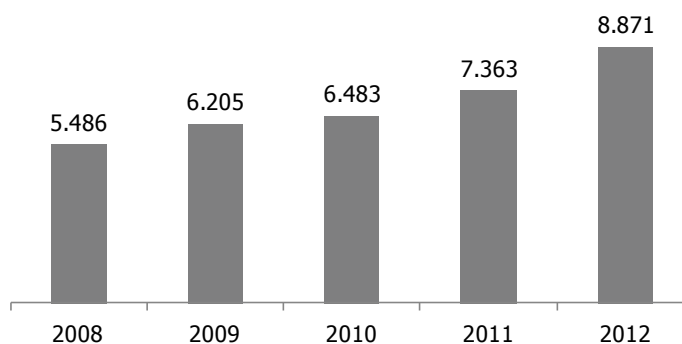


Gráfico 9 - Evolução da quantidade de consumidores do mercado Residencial

O número total de consumidores conectados à rede de distribuição cresceu 19,5% (Gráfico 10). No final do ano de 2012 a Companhia possuía 124 consumidores no mercado Industrial, 14 no mercado Automotivo (GNV), 481 no mercado Comercial, 8.871 no mercado Residencial e 3 no mercado de GNC.

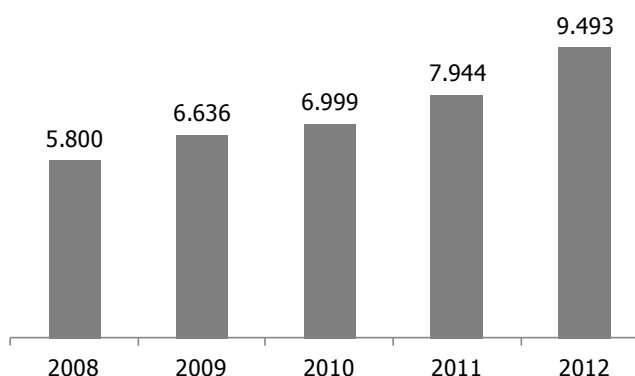


Gráfico 10 - Evolução da quantidade total de consumidores

O mercado de Gás Natural Comprimido (GNC) representou 7,3% do volume total distribuído pela Companhia, atingindo volume médio diário de 59,3 mil m³.

6. Gestão de Investimentos

Em 2012 a Companhia investiu R\$ 22,0 milhões, dos quais R\$ 17,1 milhões foram destinados à construção de 30,3 km de novas redes de distribuição, que totalizam 836,1 km de redes em operação (Gráfico 11), compostas por 470,7 km em aço carbono e 365,4 km em PEAD.

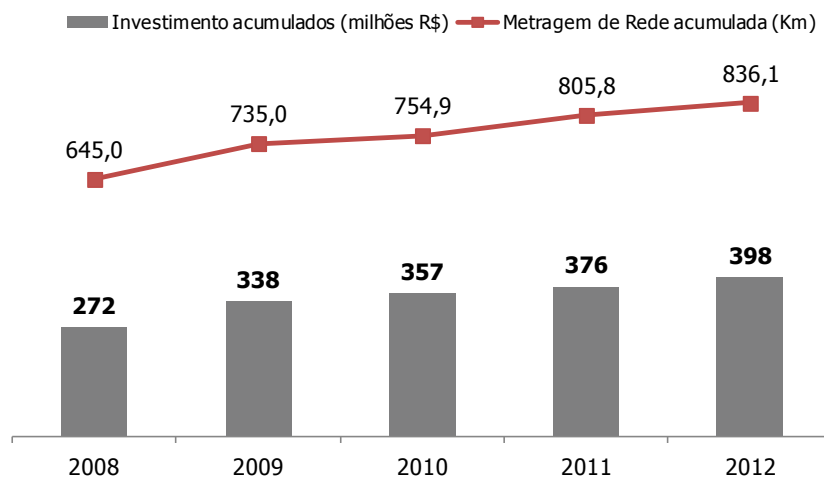


Gráfico 11 - Investimentos e Extensão de Rede

O Projeto Lençóis Paulista foi a principal realização no ano, com a extensão de 21,8 km interligando os municípios de Agudos e Lençóis Paulista, com investimento total de R\$ 12,7 milhões. O projeto teve como principal objetivo o atendimento à fábrica da Lwart Lubrificantes.

Ainda sobre o Projeto Lençóis Paulista, cabe ressaltar que a Companhia atingiu o Índice de Conteúdo Local de 91%, atendendo a Política aprovada pelo Conselho de Administração.

Entre os outros investimentos realizados na expansão da rede de distribuição destacam-se as ligações dos consumidores Louis Dreyfus em Matão (Industrial), Boulevard Shopping Nações em Bauru e o condomínio Praças do Golfe em Ribeirão Preto.

A Companhia passou a atender consumidores em 15 municípios dentre os 29 municípios com rede de distribuição.

Levantamento de Mercado

A Companhia iniciou processo de levantamento de mercado Industrial e de mercado Urbano, com objetivo de subsidiar o Plano Plurianual de Negócios através da formação de uma consistente carteira de potenciais consumidores.

Concluída a primeira etapa do projeto, os resultados apresentam cerca de 500 indústrias levantadas em 41 municípios. No mercado Urbano o levantamento foi realizado nos municípios de Bauru e Marília.

Em 2012 a Companhia assinou Termo de Compromisso com a empresa JBF Bioglicols Holding Ltda para fornecer gás natural a partir de 2015, em volume superior a 200 mil m³/dia.

Pesquisa e Desenvolvimento

No ano de 2012 a Companhia iniciou o primeiro programa de Pesquisa & Desenvolvimento com foco na conservação e racionalização do uso do gás natural, capacitando consumidores do mercado Industrial e alunos do Senai para realização de diagnósticos de eficiência energética em processos industriais.

O programa foi elaborado em parceria com a PETROBRAS e com o Centro de Tecnologia do Gás e Energias Renováveis (CTGás-ER).

Participaram do projeto 20 empresas, dentre as quais Nestlé, 3M, Cutrale, Citrosuco, Electrolux, Tecumseh, Saint Gobain e Ajinomoto. No total foram capacitadas 62 pessoas.

Visão Prospectiva

A Companhia elaborou durante o ano de 2012 o Plano Plurianual de Negócios abrangendo o período de 2012-2016. O Plano apresenta um cenário de vertiginoso crescimento da Companhia.

Este cenário traçado no Plano tem como principal objetivo a realização do Projeto Ramal Anhanguera. Contando com 152 km de extensão, o projeto viabilizará o serviço de distribuição de gás natural para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V), além de agregar 12 novos municípios do norte do Estado de São Paulo à Carteira de Projetos da Companhia.

7. Gestão Operacional

Foi realizada pela GASPETRO a avaliação da gestão do processo de medição de gás natural, a qual permitirá a Companhia melhorar seus processos de medição garantindo-lhe maior confiabilidade.

Em 2012 foi iniciado o projeto chamado "Plano de Integridade das Redes de Distribuição de Gás Natural", que tem por objetivo garantir o controle e a integridade das redes de distribuição, bem como a segurança da população do entorno.

A Companhia realizou a unificação do sistema de odorização de Boa Esperança do Sul, com a desativação dos sistemas que operavam nos municípios de Araraquara, Matão e Ribeirão Preto, para um melhor controle operacional da odorização do gás e a redução de custos de manutenção.

8. Gestão de Pessoas

Especial atenção da Administração tem sido dada ao processo de mudança existente na Companhia em função da alteração do controle acionário.

Dentre estas mudanças citamos as implementações da nova estrutura organizacional, do Regimento Interno, do Plano de Cargos e Salários (PCS) e do programa de treinamentos, realizadas em 2012.

A implementação da nova estrutura organizacional, que visa dar sustentação ao crescimento da Companhia, permitiu realizar a melhor distribuição das atividades e a alocação das pessoas em função das suas competências. Além disso, foram nomeados novos gerentes oriundos do corpo funcional da Companhia. Associado a estrutura organizacional, o Regimento Interno definiu as novas atribuições de cada área da Companhia.

Outra realização importante diz respeito ao Plano de Cargos e Salários implementado para os cargos de nível médio e superior, visando estabelecer adequadas práticas de gestão, remuneração e progressão funcional desses profissionais, constituindo-se em um instrumento de incentivo e retenção de talentos humanos.

No programa de treinamento e desenvolvimento foi investido R\$ 414 mil em 127 cursos e seminários de treinamento técnico e gerencial, abrangendo 69 profissionais, com um total de 3.080 horas de treinamento no ano, representando uma média de 44,64 horas de treinamento por empregado.

Dentro do processo de comunicação interna da Companhia foi criado o programa Linha Direta com o Presidente, que através de reuniões semanais contou com a participação de 36 empregados.

Visando a melhoria do ambiente de trabalho, em especial quanto à segurança e ao conforto dos colaboradores, foi locado um novo prédio para sediar as atividades da Companhia em Araraquara. Durante o ano de 2012 a Companhia investiu na adequação de suas instalações, cuja mudança ocorrerá no início do ano de 2013.

9. Responsabilidade Socioambiental

A Companhia considera que a qualidade de seus serviços, o respeito ao meio ambiente e a garantia da saúde e segurança de seus colaboradores e de todos os agentes envolvidos com as atividades de distribuição de gás natural canalizado são fatores fundamentais para seu sucesso.

Impulsionada por esta Política, a Companhia definiu, implementou e mantém um Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ISO 9001 - Sistemas de Gestão da Qualidade certificado pelo Organismo BRTUV - Avaliações da Qualidade. Em 2012, o Sistema foi novamente auditado e a certificação foi mantida.

Da mesma forma, a Companhia vem consolidando o Sistema de Gestão da Saúde, Meio Ambiente e Segurança baseado nos requisitos das Normas ISO 14.001 - Sistemas de Gestão Ambiental e OHSAS 18001 - Sistemas de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho e nos requisitos das 15 Diretrizes de SMS da PETROBRAS, cujo índice de implementação é de 95%.

Por meio da utilização dos benefícios da Lei Rouanet, a Companhia apoiou a preservação do acervo cultural e histórico do setor de energia através da Fundação Energia e Saneamento do Estado de São Paulo.

A Companhia apoia, também através da lei de incentivo a cultura, a Orquestra Jovem de Araraquara, que conta com 126 crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, direcionando-os para as atividades musicais e contribuindo, dessa forma, para sua formação e desenvolvimento humano.

10. Administração e Conselho Fiscal da Companhia

Controle Acionário

A GAS BRASILIANO é controlada pela Petrobras Gás S.A. – GASPETRO, empresa do Sistema PETROBRAS, com um capital social registrado de R\$ 587.364 mil.

DIRETORIA EXECUTIVA

Mandato até 29/7/2014

	Diretor Presidente
Walter Fernando Piazza Junior	Diretor de Assuntos Regulatórios
José Waldir Ferrari	Diretor Técnico-Comercial
Bernardo Celestino Prates	Diretor Administrativo-Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato até 29/7/2013

Titulares	Suplentes
Luciana Bastos de Freitas Rachid	Fabício Bomtempo de Oliveira
Angélica Garcia Cobas Laureano	Alexandre Bahia Santiago
Fatima Valéria Araujo Barroso Pereira	Sergio José Kuntz Filho
Alex Sandro Gasparetto	Rodrigo Hervé Quaranta Cabral
Verônica Sanchez da Cruz Rios	Vago

CONSELHO FISCAL

Mandato até AGO 2013

Titulares	Suplentes
Alexandre Antônio G. Bittencourt	Laurentina Faller Fahrholz
Roberto Alfradique Vieira de Macedo	Vago
Liane Ferreira Pinto	Cesário de Souza Gonzalez

11. Demonstrações Financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Gás Brasileiro Distribuidora S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gás Brasileiro Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 3 de fevereiro de 2012, sem ressalvas.

São Paulo, 25 de janeiro de 2013

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Antonio Dias da Silva

Contador CRC 1RJ062926/O-9 "S" SP

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2012	2011
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	62.342	66.549
Contas a receber de clientes	6	36.337	41.441
Estoques		1.516	1.205
Impostos a recuperar	7	3.575	4.171
Outros contas a receber		1.391	1.394
		105.161	114.760
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a recuperar	7	1.676	2.223
Bens da concessão indenizáveis	9	28.077	23.297
Ativo fiscal diferido	8	29.200	29.200
Depósitos judiciais	14	50	48
Outros contas a receber		1.458	2.108
Imobilizado	10	3.086	282
Intangível	11	302.405	300.658
		365.952	357.816
Total do ativo		471.113	472.576
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	22.450	41.164
Financiamentos		46	93
Impostos e contribuições a recolher	13	5.952	4.698
Salários, férias e encargos sociais		2.809	1.588
Outras contas a pagar		403	366
		31.660	47.909
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Financiamentos		0	21
Provisão para contingências	14	13.473	11.883
		13.473	11.904
Total do passivo		45.133	59.813
Patrimônio líquido			
Capital social	15	587.364	587.364
Prejuízos acumulados		(161.384)	(174.601)
Total do patrimônio líquido		425.980	412.763
Total do passivo e patrimônio líquido		471.113	472.576

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2012	2011
Receita líquida			
Receita pela venda de gás	17	287.975	213.118
Receita de construção de infraestrutura	3.12	19.044	18.690
		307.019	231.808
Custo das vendas de gás		(253.872)	(181.289)
Custo de construção de infraestrutura		(19.044)	(18.690)
		(272.916)	(199.979)
Lucro bruto		34.103	31.829
Despesas operacionais			
Despesas comerciais	18	(10.169)	(5.345)
Despesas administrativas	18	(15.949)	(14.228)
Outras despesas operacionais líquidas	20	19	(231)
		(26.099)	(19.804)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		8.004	12.025
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	19	(1.915)	(3.227)
Receitas financeiras	19	11.646	11.195
Variações monetárias e cambiais, líquidas	19	(2.356)	(1.701)
		7.375	6.267
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.379	18.292
Imposto de renda e contribuição social	8 (b)	(2.162)	(2.668)
Lucro líquido do exercício		13.217	15.624

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	587.364	(190.225)	397.139
Lucro líquido do exercício		15.624	15.624
Em 31 de dezembro de 2011	587.364	(174.601)	412.763
Lucro líquido do exercício		13.217	13.217
Em 31 de dezembro de 2012	587.364	(161.384)	425.980

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2012	2011
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.380	18.292
Ajustes para conciliar o resultado com recursos gerados nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	12.659	12.015
Provisão para contingências	1.590	267
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	3.617	827
Valor residual do ativo intangível baixado	20	29
	33.266	31.430
(Aumento) diminuição nos ativos		
Contas a receber	1.487	(18.477)
Estoques	(311)	(251)
Impostos a recuperar	(29)	1.711
Outros créditos	653	(373)
Depósitos judiciais	(2)	63
Aumento (diminuição) nos passivos		
Fornecedores	(18.714)	21.373
Salários e encargos sociais	1.221	(65)
Impostos e contribuições a recolher	1.254	829
Outras contas a pagar	37	71
	18.862	36.311
Caixa gerado nas operações	18.862	36.311
Imposto de renda e contribuição social pagos	(992)	(2.090)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.870	34.221
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	(22.009)	(18.687)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(22.009)	(18.687)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de financiamentos	(68)	(240)
Caixa líquido usados nas atividades de financiamentos	(68)	(240)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(4.207)	15.294
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	66.549	51.255
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	62.342	66.549
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(4.207)	15.294

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (a seguir designada como "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A sede social da empresa está localizada em Araraquara. A Companhia é controlada, desde 29 de julho de 2011, pela Petrobras Gás S.A. - GASPETRO (empresa sediada no Rio de Janeiro que detém 100% do seu capital social) sendo o gás natural distribuído em seu processo operacional adquirido de outra empresa do grupo, a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.

A Companhia tem por objetivo preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termogeração e cogeração, compreendendo também a realização de negócios relacionados ao seu objeto social.

O respectivo Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), órgão anteriormente denominado Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo (CSPE) e a Companhia, com prazo de vigência de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, com vencimento previsto para 9 de dezembro de 2029, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da Companhia.

Em janeiro de 2003, a Companhia iniciou suas atividades operacionais. Está atendendo usuários nos segmentos residencial, industrial, comercial, automotivo e gás comprimido (GNC), nos municípios de Araçatuba, São Carlos, Descalvado, Porto Ferreira, Matão, Ribeirão Preto, Araraquara, Marília, Lins, Valparaíso, Bauru, Pederneiras, Ibitinga, Itápolis e Lençóis Paulista. A rede totaliza 836,13 km em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 - 806 km).

O plano de expansão da rede em 2013 prevê investimentos da ordem de R\$ 21,3 milhões. O volume de vendas no final do exercício de 2013 deve atingir 342,9 milhões de m³ (informações não auditadas) representando crescimento de 14,57% em relação ao consumo de 2012 que foi de 299,3 milhões de m³ (2011 - 284,1 milhões de m³).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao final do prazo da concessão, caso não haja renovação, operar-se-á a reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do estado.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota 2.5.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia no dia 25 de janeiro de 2013.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (real), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Por definição, as estimativas contábeis aplicadas raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas na Nota 3.6.

2.6 Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Instrumentos financeiros**(a) Ativos financeiros não derivativos****(i) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outras contas a receber. Os bens da concessão indenizáveis estão classificados como ativo financeiro ajustados a valor presente, conforme determina o ICPC 01, OCPC05.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Tais investimentos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(b) Passivos financeiros não derivativos**Reconhecimento e mensuração**

A Companhia reconhece os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

(e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)**Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado****(incluindo contas a receber de clientes)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento efetuado com base no montante de gás natural consumido pelos clientes, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda de gás natural, o que corresponde ao montante efetivamente consumido, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada e fundamentada na análise procedida pela administração, que leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos da carteira, a experiência passada, assim como as negociações em andamento, sejam por vias administrativas ou judiciais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor não recuperável (Nota 6).

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, estando apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.5 Imobilizado**(a) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 3.7).

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Urbanizações e benfeitorias em propriedade de terceiros	20
Equipamentos de informática	5

3.6 Ativos intangíveis

(a) Concessões governamentais

Demonstrado ao custo pago na aquisição, deduzido de amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme descrito na Nota 1, a Companhia firmou o Contrato de Concessão em 10 de dezembro de 1999 com o Poder Concedente (representado pela ARSESP) com prazo de vigência de 30 anos, contado a partir da data da sua assinatura, com vencimento previsto para 9 de dezembro de 2029, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da Companhia. Tal contrato objetivava atender ao Programa Prioritário de Termoeletricidade ("PPT") do Governo Federal de 1999, com o abastecimento de cinco termoeletricas. O contrato foi concedido pelo montante de R\$ 274.900.

Em virtude de o PPT não ter alcançado os resultados esperados por ocasião da licitação da concessão, e da continuidade das incertezas quanto às perspectivas de competitividade do setor de gás natural, objetivando atender às normas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia efetuou revisões das projeções futuras de rentabilidade. Essas projeções utilizaram como parâmetro o método de avaliação econômica de geração de fluxos de caixa futuros descontados e revelaram que os investimentos efetuados até aquelas datas não seriam, na sua totalidade, recuperados pelos resultados futuros. Consequentemente, reduções extraordinárias do valor recuperável dos ativos foram reconhecidas no resultado dos exercícios de 2002 e de 2003 no valor total de R\$ 210.439.

Essas reduções somente produzem efeitos para fins da apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro quando de sua realização, ao longo do prazo de concessão.

Melhorias na infraestrutura são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil do ativo, limitado ao prazo remanescente da concessão.

(b) Bens da concessão indenizáveis

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente. A Companhia terá o direito ao ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e as datas de sua incorporação ao patrimônio do estado. Esses valores residuais estão sendo apresentados ao valor presente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Programas de computador (*softwares*)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativo intangível.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos *softwares* para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do *software*.

(d) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de bens relacionados com a concessão nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados de forma similar a uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado como despesa ao longo do período do arrendamento.

(e) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado de forma linear com base nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, conforme demonstrado a seguir.

	Anos
<i>Software</i>	5
Redes e estações	30
Fibra ótica	22
Conjunto de regulação e medição	20
Contrato de concessão	30

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Em 2012 e 2011, a Companhia procedeu a análise do valor contábil dos ativos intangível e financeiro com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deteriorização, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requerem ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação.

3.8 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso financeiro seja exigido para liquidar a obrigação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.10 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.11 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.12 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

A receita pela venda de gás natural está registrada pelo valor bruto, ou seja, acrescida de impostos. É reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o consumidor mediante a medição do consumo. Portanto, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao consumidor. Assim sendo, a Companhia reconhece como receita, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá no mês subsequente, uma vez que todos os riscos significativos e os benefícios da propriedade do gás foram efetivamente transferidos para os clientes.

Conforme o ICPC 01, os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

3.13 Custo de gás a recuperar

A Companhia não está reconhecendo contabilmente os saldos de ativos regulatórios na rubrica "Custo das vendas" no resultado do exercício correspondente, pelo fato dos mesmos não atenderem aos requerimentos mínimos para serem considerados como ativo financeiro de acordo com o Pronunciamento CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e CPC 39 - "Instrumentos Financeiros - Apresentação". Vide Nota 6(d).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, ajustes de desconto a valor presente dos ativos financeiros e juros cobrados dos clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente as despesas com atualização monetária das provisões para contingências.

Os ganhos e perdas cambiais são apresentados de forma líquida.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, sobre parcela dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, bem como sobre outras diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro tributável, na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4 Gestão de risco financeiro**4.1 Fatores de risco financeiro**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas a serem incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico e está relacionado a riscos significativos individuais. A Companhia entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos.

Em 31 de dezembro de 2012 a exposição máxima era de R\$ 98.679 (R\$ 107.990 em 31 de dezembro de 2011) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber de clientes.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros possam vir a impactar nos negócios da Companhia. A Companhia tem autuação em 100% no mercado nacional, no entanto, as compras de gás sofrem alterações no preço de acordo com a variação cambial do dólar.

(d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos que a Companhia venha a incorrer em prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia, bem como decorrentes de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e do mercado, a fim de manter o desenvolvimento futuro do negócio, conforme apresentado abaixo:

	2012	2011
Financiamentos (circulante e não circulante)	46	114
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(62.342)	(66.549)
(=) Dívida líquida	(62.296)	(66.435)
Patrimônio líquido	425.980	412.763
Total do Capital	363.684	346.328

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros não derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2012, registrados nos ativos e passivos, são compatíveis dos seus valores de mercado, conforme o quadro a seguir:

	Nota	2012		2011	
		Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis
Ativos					
Aplicações financeiras	5	62.229		63.128	
Contas a receber			36.337		41.441
Bens de concessão indenizáveis			28.077		23.297
Passivos					
Empréstimos e financiamentos			46		114
Fornecedores			22.450		41.164

- Aplicações financeiras - são definidos como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em função do curto prazo de vencimento dessas operações.
- Contas a receber, bens de concessão indenizáveis, empréstimos e financiamento e fornecedores - são classificados como empréstimos e recebíveis e mensurados pelo método do custo amortizado.

4.4 Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 62.229 em 2012 (R\$ 63.128 em 2011).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4.5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	113	3.421
Aplicações financeiras de liquidez imediata	62.229	63.128
	62.342	66.549

Os fundos de investimentos referem-se a aplicações financeiras de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações relacionam-se substancialmente a fundos de investimentos em direitos creditórios, cujas taxas variam entre 100% e 105% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) nos dois períodos apresentados acima.

6 Contas a receber de clientes

(a) Composição

	2012	2011
Contas a receber – Terceiros	43.521	45.008
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.184)	(3.567)
	36.337	41.441

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Aging-list

	2012	2011
A vencer	34.760	39.253
Vencidos até 60 dias	2.180	2.811
Vencidos de 61 até 180 dias	1.213	795
Vencidos de 181 até 360 dias	2.791	340
Vencidos há mais de 360 dias	2.577	1.809
	43.521	45.008

(c) Movimentação da provisão de créditos de liquidação duvidosa

	2012	2011
Saldo no início do exercício	(3.567)	(2.740)
Adições	(4.218)	(1.251)
Baixas	601	424
	(7.184)	(3.567)

As contas de gás correspondem aos valores efetivamente faturados. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como base a incerteza da capacidade de recebimento total dos valores registrados no contas a receber.

As contas a receber incluem os valores faturados bem como valores ainda não faturados relacionados ao volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ainda não ocorreu, mas os riscos significativos e os benefícios da propriedade do gás foram efetivamente transferidos para os clientes.

Em 31 de dezembro de 2012 existem contas a receber de clientes no valor de R\$ 1.577 (2011 - R\$ 2.188) encontram-se vencidas, mas que não há provisão para créditos de liquidação duvidosa. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência.

(d) Custo do gás a recuperar

A Companhia possuía em 31 de dezembro créditos decorrentes das diferenças entre o custo do gás incluso na tarifa cobrada do usuário e o custo efetivo do gás pago à PETROBRAS (em função do não repasse na atualização de tarifas). Estes créditos foram calculados de acordo com as premissas determinadas no contrato de concessão e foram objeto de revisão pelo órgão regulador.

Sua recuperação a favor da Companhia é determinada pelo órgão regulador por ocasião da atualização da tarifa, que ocorre no aniversário da concessão.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Embora estes saldos sejam considerados como direitos da Companhia perante o órgão regulador, os mesmos não estão sendo considerados como ativos financeiros no balanço patrimonial da Companhia devido às disposições contidas nos novos pronunciamentos e interpretações contábeis vigentes no Brasil, visto que sua realização depende substancialmente de consumo futuro pelos clientes do volume de gás projetado para o período considerado na atualização da tarifa.

	2012	2011
Custo de gás a recuperar (não auditado)	23.550	13.894

7 Impostos a recuperar

	2012	2011
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.399	2.375
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		125
Outros impostos a recuperar	2.176	1.671
	3.575	4.171
Não Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.676	2.223
	5.251	6.394

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía valores de créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no montante de R\$ 3.075 (R\$ 4.598 em 31 de dezembro de 2011) gerados por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância à legislação vigente. A Companhia estima que a parcela de créditos classificados no não circulante seja recuperada em até 48 meses, sem ocorrência de perdas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imposto de renda e contribuição social

(a) Ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 32.808 (R\$ 35.623 em 31 de dezembro de 2011) acumulados, bem como diferenças temporárias, no montante de R\$ 193.156 (R\$ 198.515 em 31 de dezembro de 2011), entre o lucro contábil e o lucro tributável (representadas basicamente pela redução do valor contábil dos direitos de concessão), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, reconhecidos parcialmente na contabilidade, levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

O efeito decorrente dos prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, sobre os quais não foram reconhecidos créditos tributários diferidos totaliza R\$ 47.628 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 50.407 em 31 de dezembro de 2011), como demonstrado a seguir:

	2012	2011
Prejuízos fiscais (25%)	8.202	8.906
Base negativa de contribuição social (9%)	2.953	3.206
Diferenças temporárias ativas líquidas, principalmente sobre provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	65.673	67.495
Ativo fiscal diferido (reconhecido contabilmente)	<u>(29.200)</u>	<u>(29.200)</u>
Créditos tributários não reconhecidos contabilmente	<u>47.628</u>	<u>50.407</u>

A administração não possui uma projeção de resultados tributáveis futuros que justifique a realização de créditos tributários em montantes superiores aos valores registrados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.379	18.292
Alíquota combinada - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(5.229)	(6.219)
Diferenças permanentes referentes a		
Reversão de parte da provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão, por realização	3.407	3.407
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre os quais não foram reconhecidos créditos tributários diferidos – Compensação	957	1.154
Outros	(1.297)	1.010
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(2.162)</u>	<u>2.668</u>
Alíquota efetiva - %	14	15

9 Bens da concessão indenizáveis

	2012	2011
Servidão de Passagem	8.279	7.194
Terrenos	467	395
Redes	17.489	14.217
Edificações	1.091	882
Estações	523	429
Outros	228	180
	<u>28.077</u>	<u>23.297</u>

Trata-se de ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão pelos valores residuais contábeis.

10 Bens da concessão indenizáveis

	Urbanização e benfeitorias	Equipamentos de informática	Total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	441	1.109	1.550
Adições	2.965		2.965
(-) Transferências			
(-) Baixas			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.406</u>	<u>1.109</u>	<u>4.515</u>
Amortização Acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(293)	(975)	(1.268)
Adições	(68)	(93)	(161)
(-) Baixas			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(361)</u>	<u>(1.068)</u>	<u>(1.429)</u>
Valor Residual			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>148</u>	<u>134</u>	<u>282</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.045</u>	<u>41</u>	<u>3.086</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

	Redes	Software	Fibra ótica	Conjunto de regulação e medição	Estações	Terrenos	Contrato de concessão	Outros	Total do ativo intangível
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	279.825	8.844	7.709	6.908	8.393	1.316	8.345	32.803	354.143
Adições	12.772	540	462	532	216	36		4.486	19.044
(-) Transferências (bens da concessão indenizáveis)	(4.358)		(20)	(2)	(93)	(71)		(235)	(4.779)
(-) Baixas								(20)	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	288.239	9.384	8.151	7.438	8.516	1.281	8.345	37.034	368.388
Amortização									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(30.884)	(4.267)	(1.387)	(1.386)	(1.127)		(5.452)	(8.982)	(53.485)
Adições	(8.675)	(1.280)	(333)	(296)	(268)		(161)	(1.485)	(12.498)
(-) Baixas									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(39.559)	(5.547)	(1.720)	(1.682)	(1.395)	0	(5.613)	(10.467)	(65.983)
Valor Residual									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	248.941	4.577	6.322	5.522	7.266	1.316	2.893	23.821	300.658
Saldo em 31 de dezembro de 2012	248.680	3.837	6.431	5.756	7.121	1.281	2.732	26.567	302.405
Taxa média de vida útil - %	3,33	20,00	4,50	5,00	3,33		3,33	de 2,00 a 20,00	

Conforme já mencionada na Nota 3.7, em 2012 e 2011, a Companhia procedeu a análise do valor contábil dos ativos intangíveis com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que pudessem indicar a deteriorização, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeressem ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação.

12 Fornecedores

O saldo refere-se basicamente aos contratos firmados junto a fornecedores de gás natural, empreiteiras e fornecedores de tubulações, destinados à construção de gasodutos, e está composto como segue:

	2012	2011
Partes relacionadas		
Petróleo Brasileiro S.A. - Forneciemnto de gás	17.894	34.898
Terceiros		
Materiais e serviços	4.241	5.950
Outros	315	316
	22.450	41.164

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para atendimento da demanda dos usuários, a Companhia firmou um novo contrato de compra e venda de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para fornecimento de gás natural. A PETROBRAS é a única fornecedora de gás natural da Companhia.

13 Impostos e contribuições a recolher (circulante)

	2012	2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	4.703	3.588
Programa de Integração Social (PIS)	148	122
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	683	563
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	173	
Outros impostos e contribuições retidos a recolher	245	425
	5.952	4.698

14 Provisão para contingências

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2012	2011	2012	2011
Contingências ARSESP - metas II, III (*)			10.595	9.427
Contingência ARSESP - 5º City Gate			849	787
Processos fiscais	4	4	1.424	1.128
Processos trabalhistas	46	44	605	541
Outros				
	50	48	13.473	11.883

(*) A provisão para a multa contratual aplicada pela ARSESP em 2004 e 2005, no valor atualizado de R\$ 10.127 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 9.017 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao não cumprimento das metas II e III (incisos II e III do caput da cláusula sétima do Contrato de Concessão ARSESP no 002/1999) e fiscalização econômica e financeira, que está sendo discutido na esfera administrativa.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão em 31 de dezembro de 2012 é composta conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	11.883
Atualizações monetárias	
Contingências ARSESP - metas II, III e auto de infração	1.168
ARSESP - 5º City Gate	62
Fiscais	296
Trabalhistas	64
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>13.473</u>

Adicionalmente, a Companhia está se defendendo de cinco ações de natureza tributária, envolvendo valores totais de R\$ 2.283 em 31 de dezembro de 2012, classificados pela administração como de riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão de perdas.

15 Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é representado por 587.363.600 ações ordinárias nominativas, sendo 100% pertencentes à Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.

16 Partes relacionadas

Os saldos de transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

(a) Vendas de gás

Petrobrás Distribuidora S.A. (i)	<u>3.911</u>
Total 2012	<u>3.911</u>

Petrobrás Distribuidora S.A. (i)	<u>3.902</u>
Total 2011	<u>3.902</u>

(b) Compras de gás

Petróleo Brasileiro S.A. (ii)	<u>300.657</u>
Total 2012	<u>300.657</u>

Petróleo Brasileiro S.A. (ii)	<u>155.236</u>
Total 2011	<u>155.236</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) As vendas realizadas para as partes relacionadas referem-se, substancialmente ao fornecimento de Gás Natural Veicular (GNV). A totalidade deste saldo foi recebido até 31 de dezembro de 2012.

(ii) Conforme mencionado na Nota 12, as compras referem-se ao gás natural adquirido integralmente da Petróleo Brasileiro S.A. e distribuído pela Companhia a seus clientes.

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração e do Conselho Fiscal

O pessoal-chave da administração inclui presidente do Conselho de Administração, conselheiros de administração, diretor-presidente, diretor administrativo-financeiro e diretor técnico-comercial. A remuneração provisionada para pagamento para esses membros totalizou R\$ 2.331.

17 Receita pela venda de gás

As receitas pela venda de gás para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são as seguintes:

	2012	2011
Receita operacional bruta		
Receita pela venda de gás	365.689	270.629
Deduções		
ICMS	(43.888)	(32.478)
PIS	(6.034)	(4.465)
COFINS	(27.792)	(20.568)
	287.975	213.118

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Despesas por natureza

	2012	2011
Despesas Comerciais		
Pessoal	1.716	1.228
Serviços de terceiros	3.493	2.791
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	3.617	827
Arrendamento e aluguéis	516	176
Outras	827	323
	10.169	5.345
Despesas administrativas		
Pessoal	4.437	4.511
Administradores e Conselho Fiscal	2.331	1.040
Serviços de terceiros	3.948	4.087
Utilidades e ocupação	818	543
Despesas gerais	730	621
Arrendamento e aluguéis	645	843
Taxa de fiscalização	860	756
Depreciação	1.475	1.631
Outras	705	196
	15.949	14.228

19 Resultado financeiro

	2012	2011
Despesas financeiras		
Juros	(321)	(463)
Atualização monetária das contingências	(1.594)	(2.764)
	(1.915)	(3.227)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	6.867	6.416
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	4.779	4.779
	11.646	11.195
Variações cambiais líquidas		
Variações cambiais ativas - compra de gás	1.381	1.753
Variações cambiais passivas - compra de gás	(3.737)	(3.454)
	(2.356)	(1.701)

20 Outras despesas operacionais, líquidas

	2012	2011
Receitas - multas contratuais	23	115
Prejuízo na desativação de bens e direito		(1)
Outros	(4)	(345)
	19	(231)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas - milhares de dólares estadunidenses</u>
Riscos operacionais	121.428

22 Avais e garantias

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui uma carta fiança junto ao Banco Santander S.A. no valor de R\$ 7.500 com vencimento em 30 de agosto de 2013, conforme determina o contrato de concessão, caso a Companhia não cumpra com as metas referentes ao investimento de construção de redes.

* * *

Composição da Diretoria

Walter Fernando Piazza Junior
Bernardo Celestino Prates
José Waldir Ferrari

Contador

Paulo França dos Santos
CRC 1SP201480/O-7

12. Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Gas Brasileiro Distribuidora S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com base no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – PricewaterhouseCoopers, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, com base nas verificações realizadas, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Gas Brasileiro Distribuidora S.A. e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação do Acionista da empresa.

São Paulo, 28 de janeiro de 2013.

Alexandre Antônio Germano Bittencourt

Liane Ferreira Pinto

Roberto Alfradique Vieira de Macedo